
Análise da presença do jornalismo científico nas matérias do telejornal Uesb Notícias¹

Carmen Regina Carvalho² e Fernanda de Lima Costa³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

Este trabalho teve como intenção verificar a presença do jornalismo científico nas matérias do telejornal *Uesb Notícias*, da TV Uesb. Por estar inserida em uma universidade, a TV Uesb teria diversas possibilidades de pautas, já que é onde a maior parte do conhecimento científico é produzido. Foi isso que chamou a atenção e motivou esta pesquisa. Diante desse quadro, a pergunta era: o *Uesb Notícias* faz jornalismo científico? Para identificar essa realidade, utilizou-se o método da Análise de Discurso Francesa, tendo como procedimentos, análise de quatro matérias veiculadas entre janeiro e fevereiro de 2018 do telejornal *Uesb Notícias*. Afinal, a conclusão foi de que não se produz jornalismo científico nesse programa, e a emissora educativa perde a oportunidade de educar e estimular a emancipação do público por meio de uma aproximação e disseminação do conhecimento científico.

Palavras-chave: Jornalismo científico; telejornalismo; TV Uesb.

Introdução

A universidade é a principal produtora de conhecimento científico, a divulgação de informações de cunho científico é imprescindível para a disseminação dos dados científicos que até hoje ficam somente entre pares. Ainda há um grande abismo entre a ciência e a sociedade e é nesse abismo que o jornalismo científico deve atuar, ajudando a construir uma ponte que consiga conectar as duas partes. Já que a universidade produz tantos conhecimentos, espera-se que pelo menos alguns desses virem notícia em forma de divulgação científica, mais especificamente via jornalismo científico.

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), email: ccarmencarvalho@yahoo.com.br

³ Graduada em Comunicação Social pela UESB, e-mail: nanda.demaco@icloud.com

1. Jornalismo Científico

O jornalismo científico é uma especialização dentro da área jornalística. Mas ele também faz parte do amplo campo de alcance da divulgação científica. Como Olinda do Carmo Luiz (2014), ao utilizar as palavras de Simões (2000), afirma, o jornalismo científico é uma forma de divulgação científica que busca comunicar fatos e princípios da ciência ao público em linguagem acessível por meio de critérios que caracterizam o fazer jornalístico. Isso significa fazer um conteúdo seguindo regras de produção jornalística, como a seleção de pauta, apuração dos dados, seleção e entrevista com as fontes, produção do texto e edição das matérias (COTTA, 2005).

O jornalismo científico tem função crucial na divulgação científica. É por meio do seu papel de mediador que ele tem o poder de fazer chegar à população informações que consigam estimular não só o interesse, mas também a reflexão crítica do público sobre os riscos e benefícios da ciência e como ela impacta cotidianamente na vida de todos.

A divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho (BUENO, 2010, p.5).

A ciência permeia nossa vida, faz parte do nosso dia a dia e está em quase todas as coisas. A ciência está nos avanços tecnológicos, nas descobertas de curas de doenças, na previsão do tempo etc. Por isso é vital aproximar o público desses assuntos, para que ele seja capaz de avaliar os fatos, seus riscos, sua relevância e seu contexto político e social (LUIZ, 2004; SANTOS et. al, 2014).

O jornalista especialista na cobertura científica tem o papel de agente de mudanças, colaborando na construção de uma nova realidade, promovendo a cultura científica. Para Oliveira (2002, p. 15), “o jornalismo científico pode entrar em cena como agente facilitador da construção da cidadania.”. E é esse o papel social que o jornalismo científico tem, de trazer à tona informações que estimulem o debate e estimulem a população a se interessar pelo campo de CT&I. “É importante ter uma

sociedade esclarecida e bem informada a respeito das políticas e programas de C&T, com conhecimento suficiente para poder influir nas decisões de investimentos e políticas públicas nesta área” (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Divulgar ciência não é só veicular a matéria sobre uma inovação científica, a divulgação científica vai e precisa ir além disso, precisa estimular o interesse, o debate e a promoção da cultura científica para assim, quem sabe, conseguir que a população tenha acesso ao exercício pleno e ativo de sua cidadania.

2. Televisão

Atualmente, a televisão está presente em 97,2% dos lares brasileiros, segundo dados de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso comprova seu monopólio midiático mesmo em tempos de internet. Esse alcance e poder massivo delimitaram particularidades em sua função, diferente dos outros meios. No caso da televisão, ela consegue imprimir muito mais influência e credibilidade em quem a assiste, por isso tornou-se um meio de manutenção da ordem e reprodução dos valores do sistema vigente, o capitalismo.

A televisão tem uma importante atribuição na construção social da realidade ao produzir e fazer circular informações. Também tem a capacidade de formação de opinião maior do que qualquer outro meio por sua linguagem simples e seus produtos de fácil compreensão que alcançam a todos sem distinção.

Tamanha é sua influência e capacidade de convencimento que, graças a essas características, a tornou uma das principais fontes de informação para a sociedade brasileira, mostrando ainda a força que o telejornalismo tem e sua participação determinante na construção e reprodução da realidade. “A questão do jornalismo na televisão brasileira é de que ela é a mais importante e ampla forma de informação que a gente tem no país” (SOUSA FILHO, 1997, p. 85).

2.1 TV Pública

O conceito de televisão pública brasileira, importado da Europa, é que ela deve ser feita pela sociedade e para ela. A definição do papel da televisão pública parte do objetivo de contribuir para a formação crítica do cidadão, por meio da oferta de produtos artísticos, culturais, educacionais, informativos e científicos, refletindo

quanto à pluralidade e à diversidade da sociedade brasileira (MATOS; HAZIN, 2008, s/p).

Como afirmado por Eugênio Bucci, o conceito de TV pública varia de país para país, ficando somente a orientação de que para ser uma televisão pública é necessário que ela esteja a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos (BUCCI, 2010, p. 5). Ele ainda completa dizendo que, enquanto não houver interferência comercial os meios continuam públicos, sendo eles estatais ou não, fazendo uma crítica direta às emissoras que acabam se submetendo ao interesse comercial ao abrirem para a publicidade para sobreviverem.

No Brasil, a televisão pública nasceu mediante a criação das televisões educativas. Em 1967, o governo brasileiro regulamentou, por meio do decreto-lei de número 236, o setor de radiodifusão pública, sendo criada também a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), segundo Coutinho e Oliveira Filho (2014, s/p).

A TV Educativa nasceu no período ditatorial e tinha um viés tecnicista, funcionando de modo a preparar mão de obra especializada, para o Brasil que passava por um processo de industrialização, além de responder à pressão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a televisão atender as necessidades educacionais nos países em desenvolvimento, de modo a preparar mão de obra apropriada (JAMBEIRO, 2002, p. 120). Nesse sentido, em 1972, foi criado pelo ministério da Educação, o Programa Nacional de Teleducação, cujo objetivo era coordenar as atividades de teleducação no país (CARRATO, 2005).

Com o passar do tempo a televisão educativa conseguiu evoluir e ir além das teleaulas. A partir de 1975, o governo deixou de ser produtor de conteúdo para agir apenas como operador direto das emissoras (COUTINHO; OLIVEIRA FILHO, 2014, s/p).

Segundo Jambreiro (2002, p. 122) a televisão educativa atravessou a segunda metade do século XX desacreditada e fortemente criticada por ineficiência. O autor ainda destaca uma visão acerca da conjuntura vivida pelas tevês educativas

As emissoras não-comerciais são um caso a parte, considerando sua pretensa missão de constituírem-se numa alternativa de qualidade, notadamente em termos de informação, cultura e programas de interesse público. Elas terminaram o século buscando simplesmente sobreviver [...] Podemos afirmar, finalmente, que a estrutura de programação das TVs brasileiras expressa as políticas do Estado brasileiro para os serviços de TV, historicamente submetidas aos interesses dos concessionários privados, com pouca ou nenhuma atenção com o interesse público (JAMBEIRO, 2002, p. 123 e 124)

O fato de a televisão brasileira ter nascido comercial reflete na imagem que as TVs público-educativas têm atualmente. Os problemas em torno da TV pública surgiram desde o momento de sua criação, quando nem mesmo a legislação conseguiu definir a diferenciação entre público e estatal. As falhas de comunicação entre a televisão pública e a sociedade são diversas, contribuindo assim para a criação de uma visão distorcida sobre sua função. Como, por exemplo, acreditar que a TV pública brasileira é um desperdício de dinheiro, pois não consegue nem o básico que é atrair audiência. Mas o que parece não ser de conhecimento é que sua única obrigação é com o interesse público, é veicular a informação despida de interesses políticos e comerciais.

3. Caminho Metodológico

Na metodologia optou-se pelo método da análise de discurso francesa (AD), sendo uma abordagem quali-quantitativa, analisada a partir da perspectiva indutiva. Dentro da ótica da análise de discurso francesa, a observação deste artigo foi feita diante da relação língua/ideologia. No primeiro momento da análise, foi necessário selecionar categorias para poder verificar se as matérias escolhidas como amostras poderiam ser identificadas como jornalismo científico, mediante as marcas linguísticas estudadas. Para essa análise criou-se três categorias de avaliação nesta pesquisa, que foram: novidade científica, relevância para comunidade e conhecimento científico. Categorias essas criadas diante da compreensão de como o jornalismo científico deve “funcionar”. Sendo assim, a novidade científica trata de novos conteúdos científicos, como, por exemplo, estudos publicados via artigos de revistas conceituadas. Já a relevância para a comunidade pode ser observada por meio de como essa nova pesquisa científica em questão irá afetar a vida da população, qual é sua importância no cotidiano das pessoas.

É necessário que o jornalista se preocupe em informar no que essa novidade muda na vida do público, na prática. Por fim, o estímulo ao conhecimento científico é aquele que pode ser adquirido por meio da informação veiculada na matéria, a qual deve possibilitar um debate e um estímulo do senso crítico na população, relacionando “a ciência e a tecnologia ao contexto político e social do seu público” (SANTOS, Adriana, 2014, p. 9).

Para essa pesquisa escolhemos analisar matérias do telejornal *Uesb Notícias*, da TV Uesb. A TV Uesb, localizada no campus de Vitória da Conquista, surgiu em 2002 por meio do Sistema Uesb de Rádio e Televisão Educativa (Surte). A concessão outorgada pelo Ministério das Comunicações foi de TV Educativa, pois o sinal é aberto, diferente das TVs Universitárias, que estão na TV a cabo. A TV Uesb é repetidora do sinal da TV Educativa da Bahia, que por sua vez faz parte da rede de emissoras afiliadas a TV Brasil.

As matérias utilizadas para análise foram retiradas do canal do *Youtube*, que a TV Uesb mantém no site desde 2013 e que conta com 5.235 inscritos e quase dois milhões de visualizações. Das 4.970 matérias disponíveis, foram selecionadas quatro, entre janeiro e fevereiro de 2018. Quanto aos critérios para determinar as matérias acolhidas e excluídas, optou-se pela aproximação com o tema de jornalismo científico. Neste caso, para este trabalho, considerou-se aquelas que tratavam de saúde.

No segundo momento, a partir das matérias que se encaixaram nas categorias de avaliação, foram escolhidos trechos de falas das fontes tidas como especializadas para análise, diante da metodologia de AD. Esses trechos podem ser compreendidos como marcas linguísticas e foram escolhidos para análise por terem se encaixado nas categorias, no caso de relevância para comunidade. Nessa etapa, as marcas linguísticas foram interpretadas a fim de “buscar os efeitos dos sentidos que se pode apreender mediante interpretação” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682). Com a intenção de dar “uma interpretação ao sentido que o sujeito pretendeu transmitir em seu discurso” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682). Resumindo, a intenção é mostrar qual o discurso das matérias.

3.1 Resultado e análise

Conforme exposto anteriormente, foram elencadas para esta pesquisa quatro matérias que tratam de temas relacionados ao jornalismo científico. Neste tópico, apresentaremos então a pesquisa e a respectiva análise.

Semana municipal de combate à Hanseníase – 2m17s – Janeiro de 2018:

Essa matéria não se encaixa em nenhuma categoria, pois, mesmo ouvindo uma fonte especializada - a enfermeira - que fala sobre a hanseníase, não traz nenhuma novidade científica, não estimula o conhecimento científico (debate e crítica) e também não tem muita (ou nenhuma) relevância para a comunidade, porque só informa a respeito da semana que aconteceu no centro de tratamento naquele determinado período de tempo. A matéria não informa quais foram as ações dessa semana, não indica de maneira direta como é possível identificar a doença, seus sintomas, etc. O máximo que é dito é que a doença tem cura.

Riscos do infarto – 3m56s – janeiro de 2018

A relevância para comunidade está nas informações sobre os fatores de risco de um infarto e como se prevenir, percebida através da marca lingüística do médico ao explicar os fatores de risco: “os principais são fatores hereditários e não modificáveis, como hipertensão, diabetes e outros fatores do próprio estilo de vida do paciente, como má alimentação, obesidade, sedentarismo, que a gente pode trabalhar e reverter” [sic].

Hábitos alimentares – 3m23s – Janeiro de 2018:

A única categoria na qual a matéria se encaixa é a relevância para a comunidade, pois traz informações para o telespectador de como se alimentar melhor e informa também a respeito dos riscos de consumir apenas alimentos industrializados. Informações que podem ser reconhecidas por meio da marca lingüística empregada no discurso da nutricionista: “Então tá interligado sim esse tipo de alimento com hipertensão, não só hipertensão como diabetes, que também são os alimentos ricos em açúcar. E também já tem alguns estudos que comprovam a relação do câncer com esse tipo de alimento” [sic]. Mais uma vez, um estudo foi citado, mas apenas um de seus dados foi utilizado para dar embasamento à matéria. Sem uma verdadeira produção dentro da perspectiva do jornalismo científico.

Uso contínuo de paracetamol – 3m2s – fevereiro de 2018:

O critério no qual essa matéria se encaixa é na relevância para comunidade, pois traz dicas de como utilizar o paracetamol e quais cuidados devem ser tomados com essa medicação. O médico deixa claro essas informações para a comunidade, através de seu discurso, ao dizer que “normalmente, são drogas seguras, são drogas que devem ser usadas apenas pontualmente, em situações específicas, não ultrapassando um determinado período especificado pelo médico, a depender do quadro, ou seja, não é droga de uso diário, não é medicação de uso diário” [sic].

A partir da categorização das matérias, foram extraídas marcas linguísticas das fontes que corroboram a categorização em um dos critérios, para serem interpretadas. As marcas selecionadas foram: “Normalmente são drogas seguras, são drogas que devem ser usadas apenas pontualmente, em situações específicas, não ultrapassando um determinado período especificado pelo médico, a depender do quadro, ou seja, não é droga de uso diário, não é medicação de uso diário” [sic] - *Matéria Uso contínuo do paracetamol*.

“Os principais são fatores hereditários e não modificáveis, como hipertensão, diabetes e outros fatores do próprio estilo de vida do paciente, como má alimentação, obesidade, sedentarismo, que a gente pode trabalhar e reverter” [sic] - *Riscos do infarto*.

“O excesso desses alimentos pode causar vários danos à saúde, como diabetes e hipertensão. São alimentos ricos em sódio, então a maioria dos casos hoje de hipertensão, quando a gente vai buscar o histórico do paciente, é um paciente que fez o consumo excessivo desses alimentos. Então tá interligado sim esse tipo de alimento com hipertensão, não só hipertensão como diabetes, que também são os alimentos ricos em açúcar. E também já tem alguns estudos que comprovam a relação do câncer com esse tipo de alimento” [sic] - *Hábitos alimentares*.

3.4 Análise geral

De acordo com a amostragem selecionada e analisada, podemos tirar algumas conclusões. De quatro amostras, três delas se encaixam em uma única categoria, a da relevância para a comunidade. Essas matérias são relevantes para a comunidade, pois, apesar de não terem exatamente a relevância que é esperada nas matérias de jornalismo

científico, elas ainda têm importância no cotidiano da população, porque ajudam a identificar doenças, informam como preveni-las e sobre seu (possível) tratamento.

Apesar disso as matérias não podem ser compreendidas como jornalismo científico, pois era necessário que elas fossem compatíveis com os três critérios utilizados, não apenas um. Então se pode concluir que o que o que é veiculado no *Uesb Notícias* não é jornalismo científico.

Os trechos selecionados utilizam uma linguagem referente a quem é familiarizado com a área da saúde, ou seja, presume-se que trabalhe nela. No caso das fontes utilizadas nas matérias, a maioria era de médicos e nutricionistas.

No início do tópico sobre a metodologia da pesquisa, foi explicado que a análise de discurso (AD) trabalha com o sentido do texto, utilizando um *corpus* que é composto pela ideologia, história e linguagem. No caso desta pesquisa o corpus utilizado foi o da linguagem e ideologia. Nesse sentido Caregnato e Mutti (2006) explicam

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes. (p. 680-681).

Quem ouve esse discurso já consegue identificar mentalmente quem está sendo seu locutor, mesmo que não exista um rosto a essa imagem. E presume também que a pessoa que está falando tem capacidade de afirmar isso, o que dá ainda mais certeza e força para o discurso. Trazendo como marca características que podem não ser explícitas, mas ao ouvir o discurso é possível identificar quem fala, se tem base ou não para afirmar o que diz e se é um especialista. Ou seja, quem carrega e profere o discurso, traz consigo marcas da ideologia que representa - por exemplo, a profissão - que conseguem ser identificadas pelas pessoas que ouvem esse discurso.

A AD entende que “todo dizer é ideologicamente marcado”. Neste contexto o sujeito não é individual, é assujeitado ao coletivo, ou seja, esse assujeitamento ocorre no nível inconsciente, quando o sujeito filia-se ou interioriza o conhecimento da construção coletiva, sendo porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido. Entende-se como assujeitamento em AD o “[...] movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia”.(CAREGNATO, MUTTI, 2006, p. 681).

Então podemos interpretar que os discursos enunciados, pelas fontes especialistas utilizadas nas amostras, partem do viés profissional, ou seja, do conhecimento absorvido em seu estudo preparatório. Portanto, a fonte tem a legitimidade de afirmar o que ela profere em seu discurso, sobre tratamentos, prevenções e informações a respeito da área da saúde, baseada em sua experiência profissional pessoal e não em pesquisas científicas. Logo, esse seria o sentido que o sujeito pretende dar ao seu discurso, segundo a análise realizada neste trabalho, informar a população à respeito de como se cuidar em questões sobre saúde. Então aí já se encontra a relevância para a comunidade. Nas matérias analisadas não houve mais informações do que essas que poderiam se encaixar nos critérios de avaliação utilizados nesta pesquisa.

Através da identificação do sentido que o sujeito pretende dar ao discurso, é possível observar a ideologia que há por trás dele. Quanto à contribuição para a construção da vida social, é bem claro e fácil de perceber que a importância consiste nas informações que contribuem para a vida cotidiana da população, ainda no discurso interpretado aqui como médico, que tem como incumbência o cuidado com a saúde do outro. Então ele pode desempenhar seu papel também por meio de sua colaboração com a TV, que está cumprindo com sua função de informar e contribuir para a educação da população, que talvez não teria como ter acesso a essa informação sem um meio de comunicação de massa.

De maneira sintetizada, a pesquisa teve a intenção de verificar se o telejornal

Uesb Notícias produz jornalismo científico ou não. Para chegar a essa resposta foi realizado um estudo que se deu por meio da verificação das matérias selecionadas, se elas se encaixavam ou não nos critérios de avaliação, para poder ser compreendido como um material de jornalismo científico. Essa análise foi feita mediante as marcas linguísticas extraídas das matérias. Então houve uma interpretação a respeito do que foi dito (linguagem utilizada pela fonte), para poder afirmar se aquela amostra se encaixava ou não nos critérios. O que se encaixou foi transcrito. Na interpretação a respeito das marcas linguísticas é dito qual o sentido que o sujeito quis transmitir com seu discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682) e qual é o seu discurso, em qual ele se encaixa, diante do assujeitamento que é visto na AD. Além também de ser abordada a importância desse discurso na construção social.

Conclusão

Esta pesquisa, que buscou analisar a cobertura jornalística do telejornal *Uesb Notícias* da TV Uesb a partir da perspectiva do jornalismo científico, no início esperava que houvesse no telejornal apenas uma simples divulgação científica, sem a profundidade que há no jornalismo científico. Mas, ao analisar as amostras, pôde-se perceber que elas não poderiam nem mesmo serem rotuladas como divulgação científica, pois não existia nenhum dado científico sendo veiculado. Foram encontradas apenas informações a respeito da área da saúde, como prevenções, tratamento etc. Informações que ajudam muito mais no cotidiano, do que em discussões que tenham como fim a construção do senso crítico para o desenvolvimento de uma sociedade muito mais consciente a respeito da ciência e seus atos.

A TV Uesb por ser uma TV pública e educativa, tem a chance de ir além do jornalismo comercial feito pelas TVs comerciais, podendo explorar muito mais o território do jornalismo científico, o que não aconteceu. As matérias analisadas não se encaixaram nas categorias de análise, resultando na impossibilidade de serem compreendidas como produtos de jornalismo científico.

O que jornalismo científico deve fazer é sempre questionar os cientistas e procurar trazer o contraditório em sua matéria, divulgando, assim, uma notícia com uma linguagem de fácil acesso e compreensão, mostrando como isso pode afetar a vida do

cidadão e, o mais importante, estimulando o debate e o senso crítico na sociedade, fazendo com que o próprio cidadão questione sobre a novidade científica apresentada.

Em resumo o jornalismo em si tem a capacidade de contribuir para a construção do conhecimento da população que se informa por meio dele. O jornalismo consegue gerar esse conhecimento graças a universalidade de seu auditório, que é um campo que consegue alcançar a todos por ter uma linguagem acessível. Dentro dessa perspectiva está incluído o fato da TV público-educativa ter um papel imprescindível para a formação cultural, artística, científica e cidadã da população. Então podemos conectar o que foi visto aqui, a transmissão de conhecimentos por meio do jornalismo, dentro da universalidade dessa transmissão, junto com o modo de funcionamento do jornalismo científico, que tem o comprometimento de informar como aquela novidade científica pode impactar na vida cotidiana, incentivando o questionamento. E aí está o papel da TV educativa, onde sua responsabilidade é oferecer um jornalismo emancipador, para formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão: seguido de A influência do Jornalismo e Os Jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? In: **Novos Estudos**, n. 88, São Paulo, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. In: **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1 - 12, 2010.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006, v.15, n.4, p.679-684.

CARRATO, Ângela. A TV pública e seus inimigos. **V Encontro Latino Americano de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura**. Salvador, BA, 2005.

COTTA, Pery. **Jornalismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.

DUARTE, José Carlos Silveira; GOMES, Cleiton Ruas; FERREIRA, Marcus Chaves. Pesquisa de Audiência e Credibilidade da Rádio e da Televisão Educativas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. **XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE**, Natal, 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. O jornalismo já tem sua teoria. In: **Revista da Fenaj**, Ano I, n.1, 1996 - Teoria do Jornalismo - Palestra de Adelmo Genro Filho.

GOÉS, José Dirceu Campo. **A produção de programas de jornalismo científico em TVs Universitárias**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

IBGE, Agência de notícias. **PNAD Contínua TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html>>. Acesso em 25 de abril de 2018.

JAMBEIRO, Othon. **A tv no Brasil do século 20**. Salvador: EdUfba, 2002.

JAMBEIRO, Othon. A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos? In: **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 85-104, 2008.

KNOBEL, Marcelo. Prefácio. In: SANTOS, Adriana dos., et al. (Org.). **Jornalismo e ciência na universidade**, Cruz das Almas, UFRB, p.7-8, 2014.

LUIZ, Olinda do Carmo. Jornalismo e comunicação da ciência. In: ARKEMAN, Marco; NASCIMENTO, Vânia Barbosa do. (Org.). **Coleção temas interdisciplinares**, Santo André: CESCO, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: A vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 305-315.

MATOS, Joana Maria de Brito; HAZIN, Mussa Hissa. **TV Pública do Brasil e a efetividade do Direito Fundamental à Informação**. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/tv-p%C3%BAblica-do-brasil-e-efetividade-do-direito-fundamental-%C3%A0-informa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 17 de abril de 2018.

MATOS, Juliana de Sousa. **Público X Privado: as responsabilidades da televisão em usufruir uma concessão pública**. BOCC, Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-matos-o-ceu.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Universidade Federal de Santa Catarina: 1997. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em 01 de abril de 2018.

OLIVEIRA, Fabíola de. O jornalismo como instrumento para a formação de uma cultura científica no país. In: DOWBOR, Ladislau et al (Org.). **Desafios da comunicação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 31. p. 312-320.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio da Silva; COUTINHO, Iluska Maria da Silva. TV Pública no Brasil: a evolução histórica do formato e o papel da TV Brasil na promoção do jornalismo cidadão. III Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Adriana Cristina Omena dos., et al (Org.). **Jornalismo e ciência na universidade**. Cruz das Almas: UFRB, 2014.

SCORSIM, Ericson Meister. **Delimitação conceitual das TVs estatal, pública e privada**. Observatório de imprensa, 04/02/2008. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/delimitacao-conceitual-das-tvs-estatal-publica-e-privada/>. Acesso em 02 de maio de 2018.

SOUSA FILHO, Washington de. O jornalismo na televisão. In: MATTOS, Sérgio. **Televisão e cultura no Brasil e na Alemanha**. São Paulo: Grd, 1997. Cap. 2. p. 84-94.

